

Dívida externa ou dívida social: uma questão de prioridade

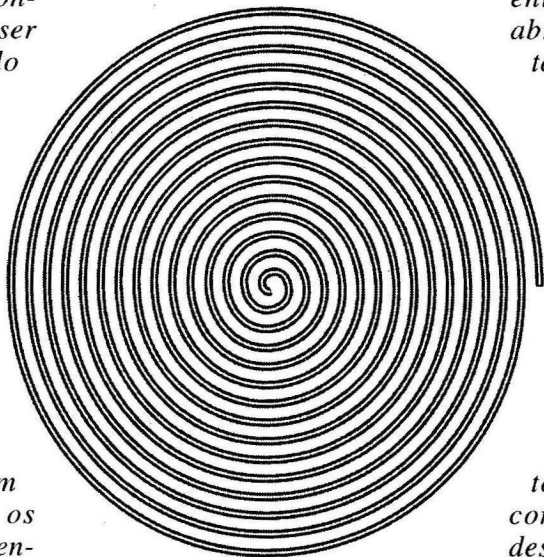
Aurélio Vianna Jr.*

O ministro de Gestão e Orçamento, Martus Tavares, esteve na terça-feira, 14 de setembro, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para explicar a Mensagem do governo federal relativa ao empréstimo de 2,2 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para Rede de Proteção Social. Fez sua exposição destacando que o referido empréstimo era um "empréstimo de ajuste", em que, contratualmente, o montante dos recursos deveria ser gasto em dólares, servindo assim para reforçar as reservas do país. Além disso, explicou o ministro, o governo comprometeu-se no empréstimo a aceitar uma condicionalidade do BID: a garantia da execução orçamentária de um conjunto de 22 atividades do governo, intitulada Rede de Proteção Social. Ou seja, diferentemente a um empréstimo para projeto, os recursos não iriam diretamente, depois de sua conversão em reais, para as atividades da Rede de Proteção.

Com sua exposição, o ministro praticamente reafirmou o que havia sido denunciado anteriormente por um conjunto bastante amplo de organizações da sociedade civil brasileira: o governo tem tomado empréstimos externos em Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, fazendo crer os mesmos garantiriam, e até aumentariam, os gastos do Governo na área social. Ora, conforme o ministro reafirmou, isto pode ocorrer, mas de forma indireta, já que o financiamento não é direcionado a estes gastos.

Diante do exposto, o ministro ainda ressaltou a boa execução orçamentária - mais de 60% - da Rede de Proteção So-

cial, quando se considera o conjunto das 22 atividades. Realmente, no contexto da não-execução orçamentária dos programas sociais, este é um bom indicador. No entanto, o ministro omitiu o fato de que esta boa execução é decorrente também das atividades que contam com recursos vinculados ao Orçamento da União, o que em uma garantia prévia de sua execução. Além disso, o ministro não tratou das atividades que atingiram diretamente a população mais carente-



te, não cobertas pelos programas previdenciários.

Ao contrário da execução orçamentária da Rede de Proteção Social como um todo, o programa de Renda Mínima do governo federal, que não conta com vinculação orçamentária, teve, até setembro do corrente ano, uma execução orçamentária de apenas 14,08%, de um total de R\$ 54.085.000,00.

Beneficiária, com a execução de todo o Programa, apenas 36.700 famílias, de um universo passível a ser atendido de 10 milhões de famílias, segundo dados do IPEA.

A Rede de Proteção Social suborçou este importante programa, um dos que mais te-

riam efeitos sociais positivos sobre uma parcela da população desassistida. Ainda assim, a Rede de Proteção Social não garantiu a execução deste tímido programa.

O ministro informou - e os senadores já sabiam - que o Senado não pode alterar uma Mensagem do Presidente da República referente a um empréstimo externo. Pode apenas aprová-la ou negar a autorização para a contratação. Assim, o debate na CAS praticamente ficou limitado à importância desta aprovação. No entanto, não foi discutida a abrangência da Rede de Proteção Social, até onde ele está tendo efetividade na proteção dos mais pobres, e o que o Senado poderia fazer para melhorar esta situação. Os senadores impuseram-se uma camisa de força que não corresponde às possibilidades de sua atuação.

O Senado não pode alterar uma Mensagem deste "tipo", mas por que não condicionar a autorização deste empréstimo ao envio de uma Mensagem do Executivo de um crédito suplementar que garanta, por exemplo, que o já referido programa de renda mínima atinja pelo menos 10% do universo de potenciais beneficiários, proposta ainda tímida, mas que pelo menos melhore as condições de vida de mais de um milhão de famílias.

O combate à pobreza já está na agenda do Congresso, que inclusive criou uma Comissão específica com este fim, mas a discussão não deve substituir a adição de medidas que estão colocadas na ordem do dia.

*Sociólogo, Doutor em Ciências Humanas, secretário executivo do Inesc e membro da Coordenação Executiva da Rede Brasil